



ANFFA SINDICAL
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários

Of. 030/2023/Presidência/ANFFA Sindical

Brasília, 17 de janeiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhora
Esther Dweck
Ministra de Estado de Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Assunto: **Estrutura de funções do MAPA - Decreto 11.332/2023**

Excelentíssima Senhora Ministra,

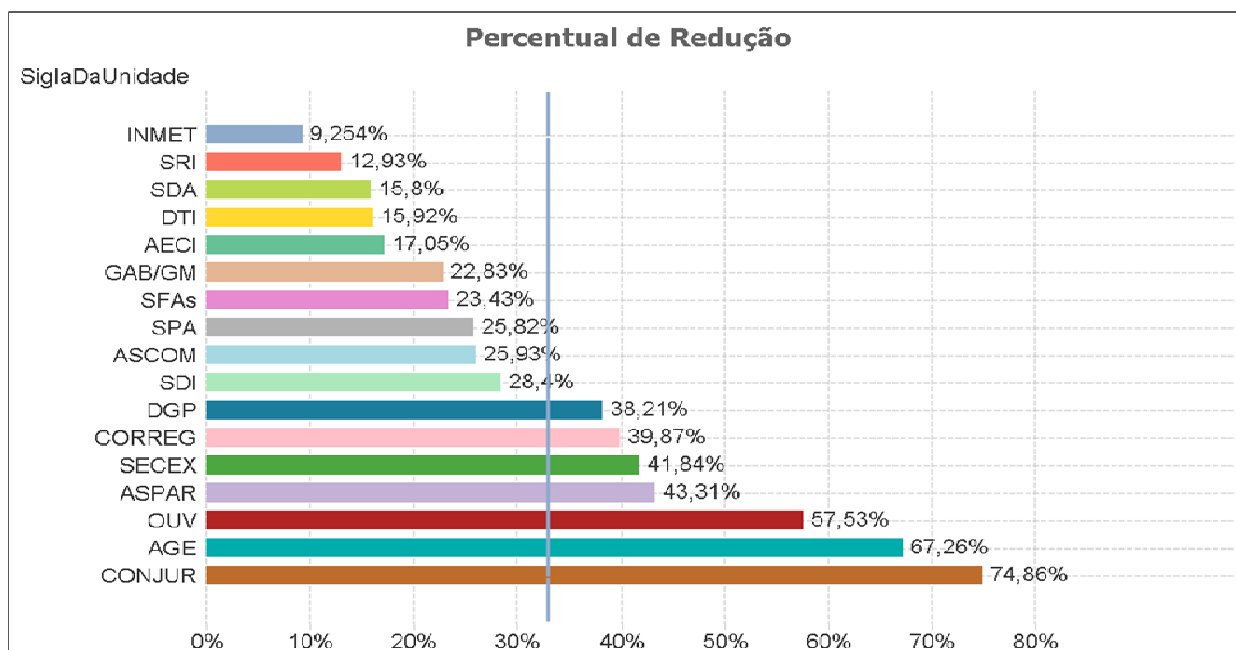
Ao cumprimentá-la, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários – ANFFA SINDICAL faz referência ao prejuízo sofrido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, com a redução de 43,8% da sua estrutura (em custo unitário de função), a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e da incorporação do Serviço florestal Brasileiro ao Ministério do Meio Ambiente.

Segundo o Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, sofreram no MAPA reduções drásticas áreas sobre as quais não houve cessão de estruturas para a criação dos novos ministérios - sobretudo a fiscalização em defesa agropecuária (redução de 15,8%) e as Superintendências Federais de Agricultura (redução de 23,43%).

Também sofreram reduções as áreas meio que darão suporte às três pastas, à exemplo da ouvidoria (redução de 57,53%), Gestão de Pessoas (38,21%) e Tecnologia da Informação (redução de 15,92%).

Por outro lado, os órgãos criados apresentam atualmente estruturas maiores do que quando incorporados ao antigo MAPA, em 2018. O MDA apresenta uma estrutura atual 30% maior em comparação a 2019, o Ministério da Pesca e Aquicultura está 65% maior e o Serviço Florestal Brasileiro aumentou em 7%.

O Quadro a seguir apresenta o percentual de redução em custo unitário de função por área do MAPA a partir do Decreto nº 11. 332/2023:



HISTÓRICO

Durante a reforma administrativa de janeiro de 2019, o MAPA incorporou 3 órgãos, sendo criadas a Secretaria Especial de Agricultura, Secretaria Especial da Pesca e o Serviço Florestal Brasileiro. No entanto, as estruturas dos órgãos não foram incorporadas em suas plenitudes ao MAPA, restando um saldo negativo de 136 pontos que não foram acrescidos em custo unitário de função.

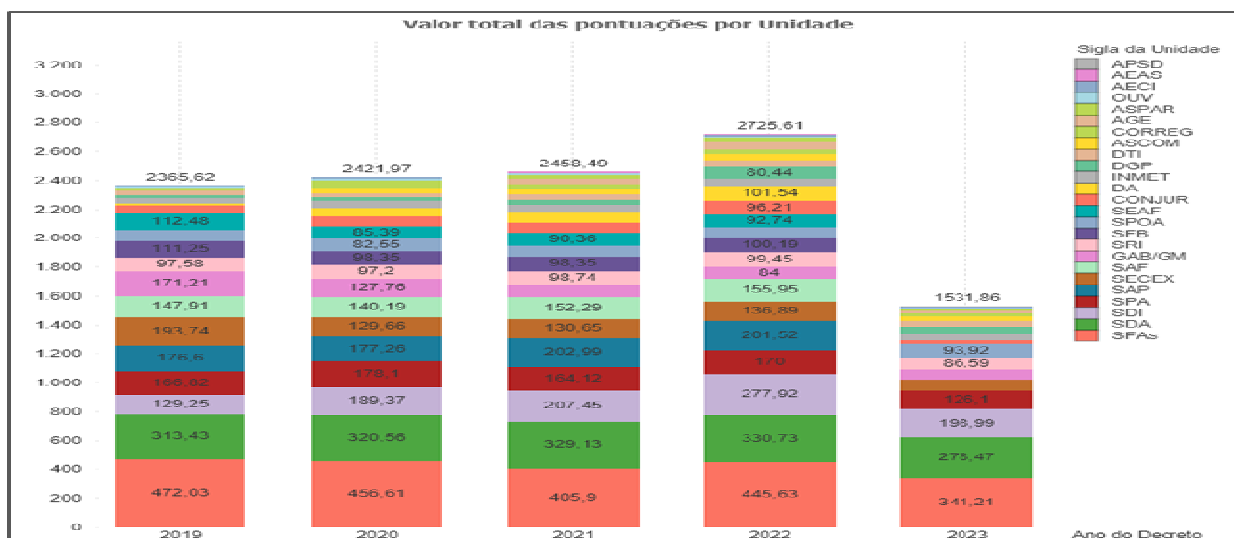
Em decorrência das incorporações, o MAPA teve aumento de 30% em sua estrutura, mas que resultou em apenas 4% da força de trabalho de servidores do regime único.

Em outubro de 2022, o então MAPA recuperou 358 pontos custo unitário de função em decorrência de absorção de Funções Comissionadas Técnicas que faziam parte de sua estrutura. Ainda em outubro de 2022 o MAPA cedeu 10,7 pontos custo unitário de função ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A partir do Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023 - com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e da incorporação do Serviço florestal Brasileiro ao Ministério do Meio Ambiente - o MAPA perdeu 617 funções, que equivalem a 1.194 pontos de custo unitário de função.

Dessas funções, 439 eram do tipo Cargos Comissionados do Poder Executivo – CCEs, cuja natureza permite a ocupação por pessoas sem vínculo com a Administração Pública.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica dos pontos custo unitário de função do Ministério da Agricultura.



DECRETO 11.332/2022

A redução de funções no MAPA a partir de janeiro de 2023 atingiu áreas finalísticas, que não cederam estruturas para os novos ministérios. Entre elas, vale destacar:

- A Secretaria de Comércio e Relações Internacionais sofreu redução de 12,93%;
- A Secretaria de Defesa Agropecuária sofreu redução de 15,8%, juntamente com seu braço executor nos Estados e Distrito Federal, as Superintendências Federais de Agricultura, que sofreram redução de 23,43%;
- A Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo sofreu redução de 28,4%.

No âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, um Departamento foi especialmente afetado com a redução das atribuições. O Departamento de Serviços Técnicos (DTEC/SDA) perdeu todas as 26 divisões e 32 serviços (restando 25 serviços). Por outro lado, foram acrescentadas funções que indicam serviços de menor complexidade. Houve acréscimo de 61 cargos Setores (1.02) e Núcleos (1.01).

As competências do DTEC caracterizam-se pela diversidade e complexidade de processos. Não por acaso demanda o maior orçamento da Secretaria de Defesa Agropecuária. Sob o DTEC está a rede oficial de laboratórios (Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária), responsável por fornecer elementos técnicos que embasam o trabalho de todos os departamentos da SDA. A Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO tem a responsabilidade de realizar a vigilância do trânsito internacional dos insumos e produtos agropecuários, atualmente com auxílio dos cães de detecção. Também são geridas no DTEC a fiscalização da produção orgânica, as emergências agropecuárias, a comunicação de risco e as ações de educação sanitária.



A redução de funções no MAPA a partir de janeiro de 2023 atingiu áreas meio, que serão suporte para os três ministérios. Entre elas, vale destacar:

- A Subsecretaria de Gestão de Pessoas e de Gestão do Conhecimento sofreu uma redução de 38,21%;
- A Subsecretaria de Tecnologia da Informação sofreu redução de 15,92%;
- A Ouvidoria sofreu redução de 57,53%.

A área de gestão de pessoas, por exemplo, atua em mais de 62 mil processos anualmente e 350 mil operações na folha de pagamento, entre outras atividades.

IMPACTOS

A redução de funções terá impacto na Defesa Agropecuária, notadamente na vigilância agropecuária em portos, aeroportos e postos de fronteira. Essas unidades contam com estruturas compartilhadas com outras carreiras do Serviço Público Federal, cujos agentes além de melhor equipados, em maior número e com melhor remuneração, agora contarão com uma estrutura de funções mais robusta que o MAPA.

Haverá impacto também na rede oficial de laboratórios (Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária), responsável pelo controle de vacinas, medicamentos veterinários e defensivos fitossanitários, pela identidade e qualidade dos alimentos produzidos no País, além de participar ativamente do desenvolvimento e implantação de programas fundamentais do Ministério, entre diversos outros aspectos relacionados à defesa agropecuária nacional.

A redução de funções nas Superintendências Federais de Agricultura pode gerar impacto na execução das atividades no campo e nas agroindústrias, uma vez que o MAPA apresenta estrutura descentralizada nos Estados e Distrito Federal.

A seleção para preenchimento de cargos em comissão e funções de confiança referentes aos órgãos específicos singulares e às unidades descentralizadas do MAPA é motivo de apreensão entre os servidores. A história e a experiência em outros ministérios mostram que a adoção de seleção a partir de critérios meritocráticos preestabelecidos é relevante no sentido de alcançar o cumprimento das metas do Ministério e combater desvios na Administração Pública.

Por fim, a redução de funções, ou sua substituição por funções de menores níveis destinadas a atividades de baixa complexidade, afetam sobremaneira o humor do pessoal lotado no MAPA, gerando descontentamentos a partir da demonstração de desconsideração ou de falta de conhecimento da Administração Pública em relação à magnitude das atividades empreendidas em prol de todo o setor agropecuário, uma vez que a Defesa Agropecuária, as relações internacionais e a transferência de tecnologia, para citar alguns exemplos, são atividades, vale dizer, que afetam diretamente pequenos e grandes produtores e agroindústrias. Tanto a monocultura de commodities como a produção familiar, inclusive a pesca e a aquicultura.

SOLICITAÇÃO



ANFFA SINDICAL
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários

O ANFFA SINDICAL requer a reestruturação do quadro de custo unitário de função do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, de forma a prever a permanência de áreas que darão suporte administrativo a todas as pastas recém-criadas e a reconhecer o volume, complexidade e importância estratégica das competências do Ministério.

Nos colocamos a disposição para em audiência presencial, detalhar os impactos negativos destacados no presente documento.

Respeitosamente,


Janus Pablo Fonseca de Macedo
Presidente